



Demonstrações Financeiras 2023

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomás

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 01/03/2024, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Ediano José Neves
Diretor Executivo
CPF: 770.239.191-04

Luciano Pereira de Andrade
Diretor de Operações
CPF: 496.207.031-20

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20





Demonstrações Financeiras 2023

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento do Noroeste de Mato Grosso,
Acre e Amazonas - Sicredi Biomas**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**



Relatório de Administração



Somos o

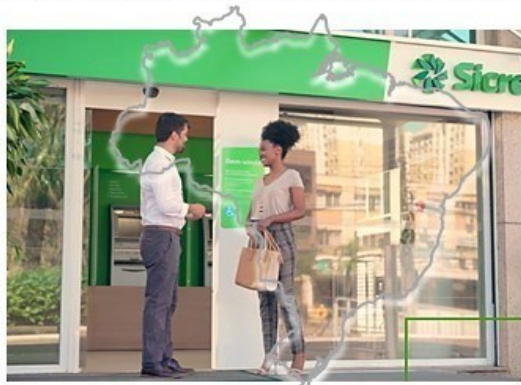
Sicredi

A primeira instituição
financeira cooperativa
do Brasil

Neste documento, a administração da Cooperativa, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Sicredi é uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento de seus associados e com o desenvolvimento das regiões onde atua. Possui um modelo de negócio que constrói uma cadeia de valor que beneficia o associado, a cooperativa e a comunidade local, oferecendo soluções inteligentes para um desenvolvimento financeiro sustentável com foco na ampliação do nosso impacto positivo econômico, social, ambiental e climático, reduzindo os efeitos adversos.

Com um propósito único que evolui com a participação coletiva, somos uma cooperativa que além de multiplicar resultados positivos, está comprometida em “fazer juntos para fazer a diferença”.



Temos porte e presença nacional

- Estamos presentes em **todos** os estados e Distrito Federal
- Temos agências em mais de **1,9 mil** municípios
- Em mais de **200** municípios somos a única instituição financeira com presença física
- Somos mais de **7,5 milhões** de associados, além da presença no ecossistema digital
- Temos mais de **2,6 mil** agências e pontos de atendimento

Nossas soluções financeiras são modernas e colaborativas

Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros:



Conta corrente
Cartões



Investimentos
Seguros



Consórcios
Máquina de cartões



Cambio
Crédito e muito mais

Durante o exercício de 2023 destacamos os seguintes fatos administrativos:

- Expansão para o Acre e Amazonas: Desde 2015, a Sicredi Biomas vem numa crescente com o projeto de expansão, tanto de associados quanto territorial. Nesse ano de 2023 foram abertas mais 2 agências no Acre e Mato Grosso, sendo a 3ª agência em Rio Branco-AC e Santa Clara do Monte Cristo no Mato Grosso. - Reinauguração das instalações das agências Aquiri em Rio Branco-AC e Acrelândia-AC. - Campanha Capital Premiada: onde a cooperativa incentivou os associados e não associados a fazer aportes em Capital Social e aquisição de ProcapCred com o intuito de fortalecer o patrimônio da cooperativa. Nessa Campanha realizamos sorteios de 2 automóveis e 6 motocicletas para incentivar a adesão pelos nossos associados. Ao todo, a campanha foi amplamente divulgada pelas 29 agências da cooperativa, nos estados do Acre, Amazonas e Mato Grosso, durante todo o período da campanha em 2023. - Feirão sinal verde: campanha de veículos, motocicletas, energia solar, capital de giro, seguro e consórcio. No intuito de promover oportunidades e condições acessíveis para nossos associados, contribuindo com a realização de sonhos, e gerando maior sustentabilidade em nossa sociedade, foi realizado feirões em todas as nossas agências entre os períodos do dia 16/10/2023 até o dia 31/12/2023. - Fórum de Investidores: Evento promovido pela Sicredi Biomas em todas as regionais da nossa área de atuação no MT, AC e AM, com o objetivo de identificar novos investidores. Nestes eventos foram estabelecidas contatos significativos para prospecção e captação de recurso para nossa cooperativa.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Algumas iniciativas

**COMITÊS
MULHER E JOVEM**

Buscamos promover diversidade e formar novas lideranças para o cooperativismo, nossos comitês trazem força para essas iniciativas em todas as regiões onde atuamos.

PROGRAMA PERTENCER

Buscamos engajar os associados, estabelecer as regras de participação e orientar o modelo de gestão participativa, estimulando a participação nas assembleias e nos processos decisórios.

PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA

Buscamos promover os valores da cooperação e cidadania entre crianças e adolescentes. Em 27 anos de existência, o programa já impactou mais de 4,2 milhões de crianças e adolescentes em 650 municípios.

PROGRAMA CRESCER

Buscamos promover entre associados e futuros associados uma maior compreensão sobre as sociedades cooperativas de crédito.



Durante o exercício de 2023 destacamos os seguintes negócios sociais:

- Programa A União Faz a Vida: É o principal programa de responsabilidade Social da Sicredi que através de uma metodologia própria de projetos, desenvolve os valores de cooperação e cidadania em escolas públicas e privadas de 20 cidades da área de atuação da Cooperativa impactando positivamente mais de 1.231 professores e mais de 19 mil alunos.

- Programa Cooperação na Ponta do Lápis (Educação Financeira): Cumprindo a missão da Sicredi e seguindo um dos princípios do cooperativismo, a Sicredi Biomas desenvolve, ao longo dos anos, o Programa Cooperação na Ponta do Lápis, voltado para a Educação Financeira. O programa ensina associados (e não associados) a manterem uma vida financeira saudável. Dessa forma, a cooperativa contribui para a construção de uma comunidade cada vez mais sustentável financeiramente. Mais de 21 mil pessoas foram formadas pelo programa em 2023.

- *Programa Crescer*: O principal objetivo do programa Crescer é disseminar o conhecimento sobre o cooperativismo e do Sicredi, criando comprometimento e formando uma base de sustentação para a continuidade dos negócios cooperativos. Em 2023, a Sicredi Biomas formou mais de 12 mil pessoas com o Programa.

- *É de Coração, é Cooperação (Dia C)*: As campanhas em conjunto têm como objetivo, através dos valores do cooperativismo e do voluntariado, trazer sensibilidade e leveza, mas também assumir uma posição de educar a comunidade sobre o que é cooperativismo e como praticamos em nosso dia a dia, com um discurso proprietário criado especificamente para a cooperativa através de ações voluntárias como doação de alimentos, roupas, brinquedos etc. 20 toneladas de alimentos e 400 brinquedos.

- *Fundo Social*: Em 2023 a Sicredi Biomas atendeu mais de 90 entidades e projetos na nossa área de atuação em MT, AC e AM. Foram investidos mais de 1,4 milhão para aquisição de diversos itens como cadeiras de rodas, materiais de biossegurança, cestas básicas e de higiene pessoal, além de outros itens. Várias entidades como APAEs, Rotarys, Lions, Lar de criança e de idosos foram atendidos com o Fundo Social.

*Ratings
atribuídos ao
Sicredi pelas
principais
agências de
riscos do mundo:*

AA+(bra) – Fitch
AAA.br – Moodys
brAAA – Standard&Poor's

Reconhecimentos

Em 2023 fomos reconhecidos, em vários dos mais célebres rankings e premiações nacionais e internacionais tais como:

- Reconhecimento pelo *Environmental Finance Impact Awards 2023*, categoria *Leader of the year*,
- Premiação em três categorias do *Open Summit Awards 2023*, 1º lugar na categoria "Destaque S3/S4/S5",
- Prêmio *Environmental Finance Bond Awards*, na categoria *Empréstimo Social* para mulheres empreendedoras,
- *Melhores Empresas para Trabalhar*, da GPTV,
- Reconhecimento pelo BNDES com o 1º lugar nas categorias "Atendimento ao Cliente" e "Economia Verde".

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
Araputanga - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 29 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

ATIVO		31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		2.856.452	2.481.256	PASSIVO		2.535.798	2.218.577
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	14.667	23.503	DEPÓSITOS	(Nota 11)	1.150.316	1.030.545
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.843.388	2.443.161	Depósitos à vista		374.383	323.094
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	49.105	38.900	Depósitos de poupança		4.742	2.475
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	917.735	859.411	Depósitos interfinanceiros		264.208	261.855
Centralização financeira	(Nota 04)	139.538	81.908	Depósitos a prazo		506.983	443.121
Relações interfinanceiras ativas		813	712	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.213.364	1.031.888
Operações de crédito	(Nota 07)	1.582.316	1.344.878	Recursos de aceites e emissão de títulos	(Nota 12)	3.805	-
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	153.881	117.352	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	1.137.604	977.902
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(109.356)	(66.015)	Obrigações por empréstimos	(Nota 14)	6.325	8.390
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	24.391	18.391	Obrigações por repasses	(Nota 15)	7	142
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	80.300	58.413	Outros passivos financeiros	(Nota 16)	65.623	45.454
INTANGÍVEL	(Nota 10)	3.062	3.803	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 17)	61	409
				OUTROS PASSIVOS	(Nota 18)	172.057	155.735
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 19)	320.654	262.679
				CAPITAL SOCIAL		145.117	88.838
				RESERVAS DE SOBRAS		173.199	163.209
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		2.338	10.632
TOTAL DO ATIVO		2.856.452	2.481.256	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.856.452	2.481.256

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

Descrição das contas		01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		231.572	439.086	325.877
Operações de crédito	(Nota 07)	157.985	298.731	240.212
Resultado de títulos e valores mobiliários		65.637	126.321	67.280
Ingressos de depósitos intercooperativos		7.950	14.034	18.385
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(151.475)	(296.896)	(193.713)
Operações de captação no mercado	(Nota 22)	(47.747)	(99.403)	(86.881)
Operações de empréstimos e repasses		(58.933)	(112.761)	(65.203)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(Nota 07)	(44.795)	(84.732)	(41.629)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		80.097	142.190	132.164
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(56.971)	(109.362)	(76.069)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(Nota 23)	37.270	64.836	46.036
Rendas de tarifas bancárias	(Nota 24)	5.870	10.977	9.509
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 25)	(36.083)	(67.574)	(52.115)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 26)	(41.153)	(83.157)	(69.649)
Dispêndios e despesas tributárias		(516)	(863)	(438)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 27)	11.522	24.053	26.065
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 28)	(33.881)	(57.634)	(35.477)
RESULTADO OPERACIONAL		23.126	32.828	56.095
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		23.126	32.828	56.095
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 20)	406	-	-
Provisão para Imposto de Renda		248	-	-
Provisão para Contribuição Social		158	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(1.523)	(3.396)	(7.754)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES		22.009	29.432	48.341

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas

CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2022	74.467	140.645	15.481	230.593
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	-	-	(15.281)	(15.281)
Outras destinações	-	-	(200)	(200)
Capital de associados				
Aumento de capital	11.232	-	-	11.232
Baixas de capital	(4.656)	-	-	(4.656)
Resultado do exercício	-	-	48.341	48.341
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(4.253)	(4.253)
Juros sobre o capital próprio	7.795	-	(8.057)	(262)
Reserva legal - Estatutária	-	17.720	(17.720)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	4.844	(4.844)	-
Fundos estatutários	-	-	(2.835)	(2.835)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	88.838	163.209	10.632	262.679
Mutações do Exercício	14.371	22.564	(4.849)	32.086
Saldos no início do exercício em 01/01/2023	88.838	163.209	10.632	262.679
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	10.492	-	(10.503)	(11)
Outras destinações	-	-	(129)	(129)
Capital de associados				
Aumento de capital	38.576	-	-	38.576
Baixas de capital	(6.078)	171	-	(5.907)
Resultado do exercício	-	-	29.432	29.432
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.870)	(1.870)
Juros sobre o capital próprio	13.289	-	(13.847)	(558)
Reserva legal - Estatutária	-	9.819	(9.819)	-
Fundos estatutários	-	-	(1.558)	(1.558)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2023	145.117	173.199	2.338	320.654
Mutações do Exercício	56.279	9.990	(8.294)	57.975
Saldos no início do semestre em 01/07/2023 (Não auditado)	112.009	163.209	7.423	282.641
Capital de associados				
Aumento de capital	22.996	-	-	22.996
Baixas de capital	(3.177)	171	-	(3.006)
Resultado do semestre	-	-	22.009	22.009
Destinações				
FATES - Estatutário	-	-	(1.870)	(1.870)
Juros sobre o capital próprio	13.289	-	(13.847)	(558)
Reserva legal - Estatutária	-	9.819	(9.819)	-
Fundos estatutários	-	-	(1.558)	(1.558)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2023	145.117	173.199	2.338	320.654
Mutações do Semestre	33.108	9.990	(5.085)	38.013

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	69.787	121.653	92.065
Resultado do semestre/exercício	22.009	29.432	48.341
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	47.778	92.221	43.724
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	44.795	84.732	41.629
Distribuição de dividendos	(143)	(268)	(501)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	-	69	-
Depreciação e amortização	5.363	9.803	6.492
Baixas do ativo permanente	32	103	158
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(399)	(348)	199
Destinações ao FATES	(1.870)	(1.870)	(4.253)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(228.177)	(233.615)	165.743
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(10.265)	(10.205)	(13.222)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(94.127)	(219.719)	(308.469)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	4.724	(101)	193
(Aumento) em operações de crédito	(160.888)	(278.829)	(215.436)
(Aumento) Redução em recursos de aceites e emissão de títulos	3.805	3.805	-
Aumento em relações interfinanceiras passivas	10.261	159.702	440.178
(Aumento) em outros ativos financeiros	(21.397)	(36.261)	(41.891)
(Aumento) em outros ativos	(2.903)	(6.069)	(11.754)
Aumento em depósitos	13.571	119.771	230.596
Aumento em passivos financeiros	4.756	20.169	37.823
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.053)	(2.200)	(2.055)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(814)	(5.371)	(8.856)
Aumento em outros passivos	26.153	21.693	58.636
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(158.390)	(111.962)	257.808
Aquisição de imobilizado de uso	(13.961)	(30.288)	(29.601)
Aplicações no intangível	(360)	(764)	(1.289)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(14.321)	(31.052)	(30.890)
Aumento de capital	22.996	38.576	11.232
Baixa de capital	(3.006)	(5.907)	(4.656)
Fundos estatutários	(1.558)	(1.558)	(2.835)
Juros ao capital próprio	(558)	(558)	(262)
Distribuição de Sobras	-	(140)	(15.481)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	17.874	30.413	(12.002)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(154.837)	(112.601)	214.916
Caixa e equivalente de caixa no início do período	535.818	493.582	278.666
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	380.981	380.981	493.582

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas
CNPJ/MF nº 33.022.690/0001-39

	01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Resultado líquido do exercício	22.009	29.432	48.341
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	22.009	29.432	48.341

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Norte do Brasil - Central Sicredi Centro Norte ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 01/09/1989 e sede situada na Avenida Castelo Branco, 194, na cidade de Araputanga - Mato Grosso. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2023, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.600 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 31 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo 1 à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 00 (R2), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46 e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pelas Leis Complementares nº 130/09 e 196/22.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 14 de fevereiro de 2024.

NOTA 03 – POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 4.977 (dezembro de 2022 - R\$ 1.962) referente a Atos Não Cooperativos. Este resultado não está considerando os juros sobre capital próprio, o qual também é ato não cooperativo, não sendo apresentado na DSP.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

Os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 15%. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00. O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente. O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	14.667	23.503
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	226.776	388.171
Centralização financeira	139.538	81.908
Total	380.981	493.582

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2023 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2022 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2023				31/12/2022
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	49.105	49.105	38.900
Total	-	-	49.105	49.105	38.900

Total não circulante	49.105	38.900
-----------------------------	---------------	---------------

As aplicações de DI entre a Cooperativa e o Banco Sicredi são efetuadas para cobrir a necessidade de funding do Banco em função das operações realizadas pelas cooperativas com seus associados (crédito rural equalizado, antecipação de recebíveis, consignado, INSS, prorrogações, entre outros). Além desta finalidade, algumas operações de DI buscam proteger a carteira de crédito da cooperativa e outras buscam prover liquidez ao Banco para destinações diversas.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2023				31/12/2022
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - CPR	70.463	238.817	286.328	595.608	413.850
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	26.833	-	-	26.833	322.545
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	199.943	-	-	199.943	65.626
Participações de Cooperativas	-	-	95.351	95.351	57.390
Total	297.239	238.817	381.679	917.735	859.411

Total circulante	536.057	538.648
Total não circulante	381.678	320.763

A partir de julho de 2022, o BACEN estabeleceu, através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022, que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passaram a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, indexado ao Depósito Interfinanceiro (DI) e taxas pré-fixadas em contrato, os títulos são registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição		31/12/2023		31/12/2022	
Sicredi Participações S.A.		18.254		18.254	
Sicredi Fundos Garantidores		1		1	
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte		77.096		39.135	
Total		95.351		57.390	

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Número de ações/quotas possuídas	6.127.094 ON	6.127.094 ON	1	1	77.095.533	39.135.401
	12.127.312 PN	12.127.312 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,42%	0,57%	0,62%	0,62%	7,94%	6,99%
Capital social	4.341.716	3.208.211	161	161	971.071	559.963
Patrimônio líquido	4.427.933	3.298.737	416.033	369.267	987.882	570.217
Resultado líquido do exercício	120.326	115.902	46.767	1.195	1.590	2.064
Valor das participações das cooperativas	18.254	18.254	1	1	77.096	39.135

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2023				31/12/2022	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	36.799	171.165	261.722	352.746	822.432	716.343
Financiamentos	1.887	22.224	58.083	109.284	191.478	191.346
Financiamentos rurais e agroindustriais	2.346	28.535	152.633	377.584	561.098	437.189
Financiamentos habitacionais	-	65	175	7.068	7.308	-
Total das operações de crédito	41.032	221.989	472.613	846.682	1.582.316	1.344.878
Avais e fianças honrados (Nota 08)	1.575	109	4	1	1.689	476
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	21	105	357	1.545	2.028	1.121
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	96.090	36.218	811	133.119	104.162
Total de outros créditos	1.596	96.304	36.579	2.357	136.836	105.759
Carteira total	42.628	318.293	509.192	849.039	1.719.152	1.450.637

Total circulante	870.113	768.835
Total não circulante	849.039	681.802

Os valores de títulos e créditos a receber foram reclassificados para a rubrica de valores a receber relativos a transações de pagamento para adequar a contabilização das transações de pagamento por cartão, de acordo com a Carta Circular 3.828/17. Estes valores referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às transações com cartão de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
AA	-	50.452	38.012	-	-
A	0,50	901.862	773.217	4.509	3.866
B	1,00	395.061	396.054	3.951	3.959
C	3,00	167.976	135.517	5.039	4.066
D	10,00	77.689	35.349	7.769	3.535
E	30,00	29.660	18.084	8.898	5.425
F	50,00	20.425	11.783	10.212	5.892
G	70,00	23.497	11.166	16.448	7.817
H	100,00	52.530	31.455	52.530	31.455
Total		1.719.152	1.450.637	109.356	66.015

Conforme disposto no Art. 6º da Resolução CMN nº 4.846/20, a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir somente sobre a parcela do crédito cujo risco de crédito é assumido pela Cooperativa e esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 607.112 (dezembro de 2022 - R\$ 410.945) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 29). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 9.223 (dezembro de 2022 - R\$ 4.878) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2023				31/12/2022	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	27.245	199.569	237.139	279.403	743.356	686.268
Rural	2.346	28.535	152.633	377.584	561.098	437.189
Industrial	84	1.167	3.768	2.565	7.584	7.601
Comércio	6.320	51.592	67.586	98.125	223.623	196.818
Habitacional	-	65	175	7.068	7.308	-
Pessoas jurídicas	6.633	37.365	47.891	84.294	176.183	122.761
Total	42.628	318.293	509.192	849.039	1.719.152	1.450.637
Total circulante					870.113	768.835
Total não circulante					849.039	681.802

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2023	%	31/12/2022	%
10 maiores devedores	55.113	3,21	52.063	3,59
50 devedores seguintes	123.825	7,20	119.084	8,21
100 devedores seguintes	143.194	8,33	122.102	8,42
Demais	1.397.020	81,26	1.157.388	79,78
Total	1.719.152	100,00	1.450.637	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	88.465	66.015	40.464
Constituição de provisão	71.630	130.669	74.822
Reversão de provisão	(26.835)	(45.937)	(33.193)
Movimento da provisão para perdas no resultado	44.795	84.732	41.629
Movimentação de baixados para prejuízo	(23.904)	(41.391)	(16.078)
Saldo final	109.356	109.356	66.015

f) Resultado com operações de crédito:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e títulos descontados	216.308	177.196
Financiamentos	39.446	30.330
Financiamentos rurais e agroindustriais	33.411	23.340
Financiamentos habitacionais	392	-
Outros	497	631
Subtotal	290.054	231.497
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	8.677	8.715
Total	298.731	240.212

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 114.559 (2022 - R\$ 37.056).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07)	133.119	104.162
Rendas a receber	5.369	4.186
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	2.028	1.121
Avais e fianças honrados (Nota 07)	1.689	476
Transações com cartão de crédito	8.745	7.020
Devedores por depósitos em garantia (Nota 17)	2.931	387
Total	153.881	117.352
Total circulante	148.593	115.645
Total não circulante	5.288	1.707

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outros valores e bens	5.431	9.460
Adiantamentos e antecipações salariais	237	199
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1.344	2.612
Adiantamentos para Confederação Sicredi	2.189	726
Cotas de consórcio	2.509	1.922
Atualização monetária sobre DIs (Central)	569	462
Impostos e contribuições a compensar	671	479
Pendências a regularizar	1.684	1.329
Valores a receber SFG	369	36
Outros	174	362
Total circulante	15.177	17.587
Outros valores e bens	9.214	804
Total não circulante	9.214	804
Total	24.391	18.391

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	14.068	9.715
Imóveis	9.095	5.538
Veículos e afins	1.169	394
Máquinas e equipamentos	3.804	3.783
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(69)	-
Despesas antecipadas	646	444
Total	14.645	10.159

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	-	-
Constituição de provisão	(69)	-
Reversão de provisão	-	-
Saldo final	(69)	-

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	107.615	(27.315)	80.300	58.413
Imobilizações em curso	-	14.066	-	14.066	18.355
Terrenos	-	8.869	-	8.869	3.976
Edificações	4%	5.240	(1.252)	3.988	3.415
Instalações	10%	4.872	(1.069)	3.803	2.659
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	30.023	(8.455)	21.568	11.708
Móveis e equipamentos	10%	21.131	(5.185)	15.946	8.409
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	1.997	(710)	1.287	844
Equipamentos de processamento de dados	20%	19.667	(9.631)	10.036	8.020
Veículos	20%	1.750	(1.013)	737	1.027
Intangível		14.424	(11.362)	3.062	3.803
Investimentos Confederação	20%	14.419	(11.360)	3.059	3.800
Outros ativos intangíveis	20%	5	(2)	3	3

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	374.383	-	-	374.383	323.094
Depósitos de poupança	4.742	-	-	4.742	2.475
Depósitos interfinanceiros	16.513	84.010	163.685	264.208	261.855
Depósitos a prazo	17.954	17.423	471.606	506.983	443.121
Total	413.592	101.433	635.291	1.150.316	1.030.545
Total circulante				515.025	508.357
Total não circulante				635.291	522.188

NOTA 12 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Descrição	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário (LCI)	-	825	2.980	3.805	-
Total	-	825	2.980	3.805	-
Total circulante				825	-
Total não circulante				2.980	-

A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa criado para financiar o segmento imobiliário. As LCIs são emitidas por instituições financeiras que possuem carteiras de crédito imobiliário dentro de seu portfólio de investimentos. A captação em LCI é utilizada pela cooperativa para gerar funding (recurso) para suportar as demandas de crédito.

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Repasses interfinanceiros	1.137.603	977.901
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1	1
Total	1.137.604	977.902

a) Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	86.267	355.216	593.714	1.035.197	843.482
Total - Recursos do Crédito Rural	86.267	355.216	593.714	1.035.197	843.482
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	21.282	5.151	75.973	102.406	134.419
Total - Outros Recursos	21.282	5.151	75.973	102.406	134.419
Total	107.549	360.367	669.687	1.137.603	977.901

Total circulante	467.916	356.475
Total não circulante	669.687	621.426

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 15,55% a.a. com vencimentos até 15/01/2033, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.085	4.240	6.325	8.390
Total	-	2.085	4.240	6.325	8.390
Total circulante				2.085	2.160
Total não circulante				4.240	6.230

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% a.a com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	3	-	-	3	142
CEF	-	4	-	4	-
Total	3	4	-	7	142
Total circulante				7	142

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 30/06/2024.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.752	932
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	9.944	4.500
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - SFG	171	-
Recursos em trânsito de terceiros	2.173	1.665
Total circulante	14.040	7.097
Provisão para garantias financeiras prestadas	7.471	3.946
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	34.411	34.411
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - SFG	9.701	-
Total não circulante	51.583	38.357
Total	65.623	45.454

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos letras financeiras com cláusula de subordinação com vencimentos até 2032, pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente ou na data do vencimento.

Os instrumentos de dívida elegíveis a capital referem-se a contratos de letra financeira emitidas com cláusula de subordinação firmados em maio de 2023, com vencimento em maio de 2030, com o objetivo de ampliar o patrimônio de referência da cooperativa.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	Provável	17	366
Cível	Provável	44	43
Total não circulante		61	409

Natureza	31/12/2022	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2023
Trabalhista	366	50	(399)	17
Cível	43	6	(5)	44
Total não circulante	409	56	(404)	61

Em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	Total	Quantidade	Total
Cível	31	782	5	83
Tributária	3	2.072	2	1.923
Total	34	2.854	7	2.005

Dentre os processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, o processo de número 1000868-34.2023.8.11.0046, versa sobre matéria tributária acerca de ISSQN. O processo encontra-se aguardando revisão. O valor estimado é de R\$ 1.713. No entendimento da cooperativa os créditos de contribuição previdenciária apontados efetivamente existem e são suficientes para compensação integral dos débitos informados.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 2.931 (dezembro de 2022 - R\$ 387), registrados na rubrica de “Outros Ativos Financeiros”, os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Transações com cartões de crédito	137.778	110.831
Provisão para pagamentos a efetuar	7.847	6.188
Cotas de capital a pagar	4.493	3.650
Provisão para participações nos lucros	3.463	7.806
Fundo de assistência técnica, educacional e social	1.870	5.371
Fundos voluntários	1.962	3.035
Impostos e contribuições a recolher	2.554	2.455
Credores diversos	8.841	8.107
Credores por recursos a liberar vendedores de imóveis	38	-
Cheques administrativos	2.667	7.427
Cobrança e arrecadação de tributos	333	448
Pendências a regularizar	211	417
Total	172.057	155.735

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasse dos custos sobre a carteira de aquisição).

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

Em 2023 as propostas de crédito imobiliário passaram a ser vinculadas diretamente à carteira das cooperativas ao invés do Banco Sicredi. Na conta são registrados os valores de recursos a liberar aos vendedores, referentes aos contratos do imobiliário.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	145.117	88.838
Total de associados	79.977	66.092

Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação do capital social foi de R\$ 56.279 (dezembro de 2022 – R\$ 14.370), sendo R\$ 13.289 (dezembro de 2022 – R\$ 7.795) via integralização de resultados e R\$ 38.576 (dezembro de 2022 – R\$ 11.232), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 6.078 (dezembro de 2022 – R\$ 4.656).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 13,3% em conta capital, no montante de R\$ 13.847 (dezembro de 2022 – R\$ 8.057), sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 196/22, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Reversão do capital a pagar para a Reserva Legal

A partir de dezembro de 2023, a cooperativa passou a contabilizar a reversão de capital a pagar não procurado pelos ex associados há mais de dez anos, anteriormente destacado do capital para o passivo, conforme o disposto na Lei Complementar nº 196/22, no valor de R\$ 171.

d) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

Descrição		31/12/2023	31/12/2022	
Resultado do período		29.432		48.341
(-) Juros sobre capital próprio		(13.847)		(8.057)
(-) Recuperação de Prejuízo		-		(4.844)
(=) Base de calculo das destinações estatutárias		15.585		35.440
Descrição	% das destinações	31/12/2023	% das destinações	31/12/2022
FATES	12%	(1.870)	12%	(4.253)
Reserva Legal	63%	(9.819)	50%	(17.720)
Reserva/Fundo de Expansão	5%	(779)	3%	(1.063)
Fundo Social	5%	(779)	5%	(1.772)
(=) Total das destinações		(13.247)		(24.808)
Sobras Líquidas a disposição da AGO		2.338		10.632

A Reserva Legal tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

A Reserva/Fundo de Expansão é destinada as ações que possibilitem a expansão da cooperativa em sua área de atuação.

O Fundo Social é destinado a apoiar ações de interesse coletivo, desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	32.828	56.095
Participação nas sobras	(3.396)	(7.754)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	29.432	48.341
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(11.773)	(19.820)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	9.782	19.015
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	5.539	3.303
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(443)	170
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

As adições e exclusões subsequentes consideram os efeitos de outros itens especificados na legislação, tais como doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, entre outros. Em conformidade com as disposições legais, as cooperativas podem registrar prejuízo fiscal e base de cálculo negativa para a CSLL. Esses valores negativos são controlados e poderão ser compensados com resultados positivos em exercícios futuros.

No entanto, as cooperativas que apresentam saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL sem expectativa de realização futura não registram crédito tributário correspondente. Isso ocorre quando se projeta que o resultado de atos não cooperativos e/ou a base tributável para o IRPJ/CSLL permanecerão negativos nos exercícios subsequentes, em grande parte devido à recorrência de despesas elevadas com juros sobre o capital. Portanto, esses saldos negativos não são reconhecidos como ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	49.105	38.900
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	917.735	859.411
Centralização financeira (Nota 04)	139.538	81.908
Outros ativos financeiros (Nota 08)	5.025	3.493
Outros ativos (Nota 09)	3.127	1.224
Intangível (Nota 10)	3.059	3.800
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	264.208	261.855
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	1.137.603	977.901
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	6.325	8.390
Outros passivos (Nota 18)	135.309	124.724
Principal e juros dívida subordinada (Nota 16)	54.227	38.911
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	126.321	67.280
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 23)	19.484	15.876
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 27)	1.671	830
Ingressos de depósitos intercooperativos	14.034	18.385
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 22)	41.391	39.142
Operações de empréstimos e repasses	112.761	65.203
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 26)	4.396	3.645
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 28)	21.530	15.771

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2023	% em relação ao total	31/12/2022
Depósitos à vista	172	0,05%	225
Depósitos a prazo	1.331	0,26%	1.422
Operações de crédito	4.873	0,31%	3.758

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Pessoas chave da administração	3.850	3.896

NOTA 22 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos de poupança	127	214	104
Depósitos interfinanceiros	14.515	33.906	34.642
Depósitos de aviso prévio	17	39	43
Depósitos a prazo	28.348	56.509	46.551
Letras de crédito imobiliário	9	9	-
Letras financeiras	4.084	7.485	4.500
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	647	1.241	1.041
Total	47.747	99.403	86.881

NOTA 23 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Cobrança	1.418	2.740	2.427
Comissões	4	4	-
Consórcios	2.037	3.708	3.020
Convênios	391	903	832
Distribuição de produtos e serviços bancários	11.527	19.228	15.612
Processamento da compensação	24	47	-
Seguros	5.288	9.548	6.354
Taxas e tarifas	445	893	838
Serviços de pagamento	12.780	21.178	14.757
Antecipação de recebíveis	3.192	6.256	1.797
Outros serviços	164	331	399
Total	37.270	64.836	46.036

NOTA 24 – RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Pacotes de serviços - PF	3.653	6.995	6.245
Serviços prioritários - PF	187	391	426
Serviços diferenciados - PF	-	6	4
Serviços especiais - PF	3	4	-
Tarifas bancárias - PJ	2.027	3.581	2.834
Total	5.870	10.977	9.509

NOTA 25 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	18.550	35.201	27.923
Benefícios	10.006	18.974	13.575
Encargos sociais	7.434	13.235	10.423
Treinamentos	93	164	194
Total	36.083	67.574	52.115

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre de 2023 auditado) (Não	31/12/2023	31/12/2022
Água, energia e gás	629	1.269	1.326
Aluguéis	4.190	8.208	6.917
Comunicação	1.212	2.397	1.864
Manutenção e conservação	2.447	5.284	4.095
Material de expediente	784	1.652	1.306
Processamento dados	2.514	4.686	3.958
Propaganda e publicidade	1.175	2.091	1.509
Promoções e relações públicas	4.777	9.248	6.550
Serviços do sistema financeiro	1.799	3.422	2.907
Assessoria e consultoria	392	760	378
Auditoria externa	46	46	41
Serviços jurídicos	535	1.098	537
Serviços de terceiros	1.395	2.628	2.221
Serviços de técnicos especializados	708	5.214	8.027
Serviços de vigilância e segurança	1.231	2.285	1.816
Serviços de transportes	2.649	4.843	3.486
Depreciação	4.595	8.296	5.136
Amortização (Rateio Confederação)	768	1.506	1.356
Amortização outros ativos intangíveis	1	1	1
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	3.202	7.759	8.856
Emolumentos e taxas diversas	1.155	1.955	1.018
Ressarcimento tarifas	134	184	95
Seguros	228	426	275
Despesas de viagem	781	1.563	968
Outras despesas administrativas	3.806	6.336	5.006
Total	41.153	83.157	69.649

NOTA 27 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2023 auditado) (Não	31/12/2023	31/12/2022
Absorção de dispêndios - FATES	814	5.371	8.856
Utilização de fundos voluntários	1.476	2.639	2.454
Lucros na alienação de valores e bens	60	154	233
Recuperação de encargos e despesas	2.023	3.804	3.219
Reversão de provisões operacionais	178	768	238
Reversão de provisões impostos folha	1.467	1.989	1.497
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	2.806	3.801	4.041
Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 17)	404	404	209
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	-	1.834	3.156
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	119	219	219
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	413	814	1.005
Juros ao capital	1.065	1.065	-
Lucros e dividendos	143	268	501
Outras rendas operacionais	554	923	437
Total	11.522	24.053	26.065

NOTA 28 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2023 auditado) (Não	31/12/2023	31/12/2022
Descontos concedidos em renegociação e crédito	4.291	6.667	2.876
Contribuições Cooperativistas	84	167	181
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	401	734	547
Contribuição Confederação Sicredi	8.530	15.612	11.567
Cooperativa Central Sicredi Centro Norte	1.224	2.397	1.923
Encargos da administração financeira	2	3	2
Prejuízo na alienação de valores e bens	180	194	135
Provisões para garantias financeiras prestadas	4.827	8.146	4.079
Provisões para passivos contingentes (Nota 17)	6	56	408
Outras provisões operacionais	1.170	2.245	1.803
Serviços associados a transações de pagamento	10.919	17.481	7.978
Risco operacional	367	783	909
Juros e comissões	10	16	6
Tarifa serviços folha pagamento servidores	9	16	10
Distribuição de produtos e serviços bancários	409	484	136
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	307	594	623
Outras despesas operacionais	1.145	2.039	2.294
Total	33.881	57.634	35.477

NOTA 29 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

Descrição	2º semestre de 2023 auditado) (Não	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes das destinações	22.009	29.432	48.341
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	22.009	29.432	48.341

NOTA 30 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de garantias prestadas	607.112	410.945
Total	607.112	410.945

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 31 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação e análise, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais;
- Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.
- Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto ao Negócios (BIA) são identificados os serviços considerado críticos, bem como suas dependências na visão de Serviço de TI e Terceiros que suportam estes serviços. A partir desta análise é possível definir as estratégias e respectivos planos de contingência. principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e prevista na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio;
- Planos de continuidade operacional;
- Planos de substituição de empresas terceiras.

Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistêmica de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB. Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite a risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade, disponibilidade das informações, a governança e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 32 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência (PR)	371.818	297.787
Nível I (NI)	317.592	258.876
Capital principal - CP	317.592	258.876
Capital social	145.117	88.838
Reservas de capital	173.199	163.209
Sobras acumuladas	2.338	10.632
Ajustes Prudenciais	(3.062)	(3.803)
Nível II (NII)	54.226	38.911
Letras Financeiras e Dividas Subordinadas	54.226	38.911
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.542.390	2.132.377
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	4.284	1.226
Margem de Capital	100.583	72.662
Índice de Basileia (PR / RWA)	14,62%	13,97%
Situação de Imobilização (Imob)	80.300	58.413
Índice de Imobilização (Imob / PR)	21,60%	19,62%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 33 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2023, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 34 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, em 23 de Novembro de 2023 o Banco Central divulgou a Resolução BCB nº 352, norma complementar a Resolução CMN nº 4.966, no qual divulgou os procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (teste de “SPPI”), metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (metodologia simplificada), e a evidênciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

As Cooperativas Singulares e as Centrais, aprovaram internamente em sua governança, o plano de implementação com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O resumo do plano está demonstrado a seguir:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

O SICREDI organizou internamente em Grupos de Trabalhos, no qual estão atuando nas aplicações dos conceitos da nova norma, incluindo: aplicação de novas metodologias, políticas, processos e consequente reflexos sistêmicos.

Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório. O processo completo de implantação será concluído até a data de entrada em vigor das normas.

Adicionalmente, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a novas estruturas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados através das Instrução Normativa BCB nº 426 a 433 de 1/12/2023. As avaliações dos impactos do plano de contas estão em andamento com revisão do projeto.

b) Lei nº 14.467 de 16/11/2022

A Lei 14.467 publicada em 16 de novembro de 2022, prevê novos critérios para o reconhecimento fiscal das perdas incorridas no recebimento de créditos do setor financeiro, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. Visto que esta norma está diretamente relacionada com a implementação da Resolução CMN 4.966/2021 ("IFRS 9"), o Sicredi está analisando os impactos de forma conjunta entre diversas áreas, especialmente riscos, contabilidade”.

c) Acesso não autorizado no ambiente de tecnologia da informação

Em 3 de fevereiro de 2024, o Sistema Sicredi detectou acesso não autorizado no ambiente de tecnologia da informação, exclusivamente em operações de cartões de crédito. Em resposta, foram ativados imediatamente os protocolos de segurança e adotadas medidas protetivas e corretivas que previnam a ocorrência de incidentes semelhantes no futuro, não tendo sido identificados, até o momento, impactos materiais. O Sistema Sicredi está atuando para determinar as responsabilidades.

Ediano José Neves
Diretor Executivo

CPF: 770.239.191-04

Luciano Pereira de Andrade
Diretor de Operações
CPF: 496.207.031-20

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Araputanga / Mato Grosso, 04 de março de 2024.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Noroeste de Mato Grosso, Acre e Amazonas - Sicredi Biomas e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

-

Joao Henrique
Conselheiro

Kelson Osorio Da Silva
Conselheiro

Paulo Diniz Da Silva
Conselheiro